Sobre a aplicação da semiótica à comunicação visual: algumas questões epistemológicas e metodológicas

On the application of semiotics to visual communication: Some epistemological and methodological issues

Marcelo Santos¹

RESUMO

No Brasil, as relações entre comunicação e semiótica são estreitas. Tanto assim que as duas áreas, entremeadas por conjunção aditiva, batizam famoso programa de pós-graduação. Usadas sobremaneira na análise das comunicações visuais, notadamente das publicitárias, as teorias semióticas ganham, neste artigo, uma visada crítica. Inicialmente, investigam-se as bases das correntes originadas pelo pensamento de Ferdinand de Saussure. Em seguida, a generalidade da semiótica de Charles S. Peirce aplicada à leitura de certos objetos, como os anúncios publicitários, é colocada em xeque. As considerações finais, pelo inevitável, questionam certas práticas sedimentadas há algumas décadas na Academia brasileira como epistemologia e, principalmente, método para análise da comunicação visual.

Palavras-chave: epistemologia da comunicação, comunicação visual, semiótica.

ABSTRACT

In Brazil, the relationship between Communication and Semiotics is narrow. This is so true that these fields, together, give name to a famous graduate study program. Mostly used in the analysis of visual communication, especially of advertising, semiotic theories will be criticized in this paper. At the beginning, we investigate the foundations of approaches rooted in the work of Ferdinand de Saussure. Right after, we question the applicability of Charles S. Peirce general semiotics to some specific data. Finally (and necessarily) we ask if it is appropriate to use semiotics as epistemology and methodology to understand visual communication, a current practice for some important Brazilian research studies.

Keywords: epistemology of communication, visual communication, semiotics.

Para introduzir o imbróglio

Em 2001, durante o décimo encontro da Com-pós, realizado em Brasília, Benjamin Picado expôs, no GT “Epistemologia”, texto advogando a pertinência das

investigações semióticas dentro do campo comunicacional, ou o “tratamento semiótico da Comunicação”. O tema retornaria a esse mesmo fórum em outras ocasiões (Pimenta, 2005, 2007; Pereira, 2008); numa delas, 2009, Ana Claudia Oliveira, professora da PUC-SP, assegurou: “comunicação e semiótica apresentam-se interpenetradas”. A fala de Oliveira é referendada pela produção de

¹ Professor permanente do Mestrado em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro. Rua Isabel Schmidt, 349, Santo Amaro, 04743-030, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: para_marcelo@yahoo.com.br

numerosos pesquisadores – ela própria incluída (Oliveira, 2003, 2012) – que usam a semiótica para discutir objetos como capas de revista (e.g. Alzamora, 2008; Oliveira e Napoleão, 2008), mídias digitais (Fechine, 2011) ou a televisão (Machado, 2000). A coqueluche dos materiais baseados em autores a exemplo de Algirdas Julien Greimas e Charles S. Peirce, porém, é outra: peças publicitárias.

Assim noticia artigo publicado em 2008 pela revista *Fronteiras*. Então, João Freitas Cardoso avaliou centenas de trabalhos apresentados em respeitáveis encontros científicos, a exemplo da Intercom, para concluir o seguinte: “há um número considerável de pesquisadores brasileiros utilizando diferentes instrumentais semióticos com o intuito de compreender o signo visual na publicidade” (Cardoso, 2008, p. 191). Nomes do quilate de Lucia Santaella, sozinha (2002) ou em coautoria (Santaella e Nöth, 2010), ratificam a afirmação; à qual ainda se podem adicionar uspianos como Eneus Trindade (2008, 2009) e Clotilde Perez (2007, 2011). Não é pouco.

Talvez, Leda Tenório da Motta esteja certa quando recorre, no seu “Literatura e contracomunicação” (2003), às obras de Roland Barthes e Gérard Genette para falar daquilo que ela nomeia por “atravessamento das comunicações pelas letras” (Motta, 2003, p. 25), e assim pela ciência da linguagem. A autora, inclusive, destaca certa necessidade de “contestar as elites no topo da burocracia institucional que insistem na reserva de mercado para a autarquia das comunicações” (Motta, 2003, p. 34). Seguir o raciocínio de da Motta parece sensato, sobremaneira porque os ataques feitos à interface comunicação/semiótica, não raramente, beiram o autovexame.

É o caso de ensaio recente assinado pelo pesquisador “1 A” do CNPq Ciro Marcondes Filho, lançado a público na revista *Galáxia*. O autor, objetivo de desqualificar a obra de Charles S. Peirce, suposto “reaquecimento do neopositivismo” (Marcondes Filho, 2012, p. 23), conclama ninguém menos que o criador do *Centre Universitaire de Recherche en Astrologie* (!), Patrice Guinard. Guinard escreveu volumes como *Nostradamus Ou L'éclat Des Empires* (2011), e relaciona, no seu artigo mencionado por Marcondes Filho, os filósofos e os signos. Do zodíaco: “Nietzsche (Libriano) dá a perspectiva de seguir traçando a genealogia; Peirce (Virginiano [como Marcondes Filho!]) realiza a autópsia, removendo mecanismos” (Guinard, 1993).

Tudo dito, é com alguma prudência – e a exclusão deliberada da bibliografia esotérica – que o autor deste escrito anuncia, aqui, o seu objetivo: apontar, questão epistemológica e metodológica, alguns dos problemas em se usar as abordagens semióticas na análise das comunicações, especificamente das comunicações visuais. Se de um lado deve-se considerar, conforme escrevem Santaella e Nöth (2004, p. 7), que existem cruzamentos “em pontos nevrálgicos” entre a comunicação e as ciências da linguagem, do outro lado, cabe inquirir os limites dessa intercepção. Mais ainda porque, se a tese defendida nas próximas linhas estiver correta, *inexiste, ao momento, teoria semiótica específica para as imagens*. A seguir, o assunto será discutido em duas seções. A primeira delas é dedicada às correntes oriundas da tradição saussuriana, responsáveis por aplicar velada e metaforicamente conceitos exclusivamente linguísticos aos signos visuais; a segunda seção investiga autores que analisam a imagem seguindo a filosofia de Charles S. Peirce, cuja semiótica, ciência lógica geral, não é um “modelo teórico de interpretação de imagens e mensagens” – como erroneamente entendeu Marcondes Filho no pretensioso “Os equívocos de Peirce”, publicado em 2004 na *Revista Famecos*.

Teorias semióticas (deformadoras) da imagem

Göran Sonesson (1993, p. 3) informa que foi Roland Barthes, *A retórica da imagem* (1990 [1964]), o primeiro a aplicar, modo consistente, uma teoria semiótica na análise de signos visuais². Então, Barthes (1990 [1964], p. 28, 38-42), terminologia saussuri-hjelmsleviana, debruçou-se sobre a publicidade das massas *Panzani*, tarefa para a qual convocou, inclusive, o fundador da Escola de Paris, A.J. Greimas (Barthes, 1990 [1964], p. 40). Nas conclusões barthesianas, lê-se que

no sistema total da imagem, as funções estruturais são polarizadas; há, por um lado, uma espécie de condensação paradigmática ao nível dos conotadores (ou seja, grosso modo, dos símbolos), que são signos fortes, erráticos e, poder-se-ia dizer, 'reificados'; e, por outro

² O próprio Sonesson (1989, p. 113) lembra, porém, que no mesmo ano do texto barthesiano, Tardy publicou um artigo sobre imagem e Mouloud, um livro a respeito do assunto; Barthes, é de se apontar, começou suas análises imagéticas, ao menos, em 1961. Em todo caso, “Retórica da Imagem” é um marco simbólico (Sonesson, 1989).

lado, 'moldagem' sintagmática, ao nível de denotação (Barthes, 1990 [1964], p. 41).

A nomenclatura empregada, *vocabulário técnico linguístico*, demanda esclarecimentos conceituais antes que, propriamente, se possa voltar às imagens e à semiótica. Ferdinand de Saussure, no seu *Cours de Linguistique Générale*, “publicado pela primeira vez em 1916³, [...] postulava a existência de uma ciência geral dos signos, ou Semiologia, de que a linguística seria apenas uma parte” (Barthes, 1984b [1964], p. 7). Essa informação é de grande importância para que se tenha em mente, desde agora, o seguinte: Saussure, a despeito do citado postulado – em verdade uma hipótese – nunca desenvolveu as bases da Semiologia – pretensa doutrina geral da linguagem –, mas apenas estudos linguísticos; os herdeiros saussurianos, unicamente, extrapolaram pressupostos exclusivos do universo verbal aos gestos, sons, cheiros e, guarde-se esta informação, aos artefatos visuais (Sonesson, 1989, p. 17). Fala do crítico de cinema Christian Metz é bastante ilustrativa sobre esse procedimento:

Em teoria, a linguística é apenas um ramo da semiótica, mas na verdade a semiótica foi criada a partir da linguística [...]. A maior parte da semiótica ainda precisa ser desenvolvida, enquanto a linguística já está bem avançada. [...] Os pós-saussurianos [...] tomaram a semiótica que ele [Saussure] anteviu e a estão diretamente transformando em disciplina trans-linguística. E isto é muito bom, pois a irmã mais velha deve ajudar a mais jovem, e não o contrário (Metz in Sebeok, 1991, p. 59).

Mais importante definição saussuriana,

o signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica deste som, a representação que dele nos dá o testemunho dos nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la 'material', é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato (Saussure, 2004 [1916], p. 80).

“Conceito”, nomenclatura saussuriana, é *significado*; “imagem acústica”, sensorialidade semiótica, *signifi-*

ficante (Saussure, 2004 [1916], p. 81). O laço que atrela esses dois elementos é arbitrário (Saussure, 2004 [1916]) e por isso mesmo, acrescente-se, cartesiano (!). Apesar de não tematizar propriamente a linguagem, exceção de uma carta escrita em 1629 para Marin Mersenne, o filósofo René Descartes possui, na sua obra,

algumas referências discretas à função das palavras, que, por mais dispersas e pontuais que sejam, são suficientes para traçar um perfil geral da concepção cartesiana da linguagem. De modo geral, as palavras são, para Descartes, signos instituídos pelo homem para expressar seus pensamentos. Como tal, eles são arbitrários e não possuem nenhuma relação de semelhança com as coisas que representam. É isso que se depreende das afirmações que aparecem na quinta parte do Discurso do Método (onde, inclusive, ele fala da linguagem como traço distintivo entre o homem e os animais irracionais), nos Princípios, §74 da Parte I e §197 da Quarta Parte, nas Paixões da Alma, §504, nas primeiras páginas do Le Monde e na Dióptrica. A correspondência de Descartes também está pontilhada de breves menções à função das palavras: no Entretien avec Burman; numa carta a Mersenne de 18 de Dezembro de 1629 e numa outra, também a Mersenne, de 22 de julho de 1641; ao Marquês de Newcastle, numa carta de 23 de novembro de 1646; a Chanut, numa carta de 1º de Fevereiro de 1647; e a Morus, numa carta de 05 de fevereiro de 1649.

Não é preciso muito esforço para ver na concepção cartesiana da linguagem um prenúncio daquela que mais contemporaneamente seria desenvolvida por Saussure, no seu Curso de Linguística Geral. É o que propõe Roger Lefèvre, no seu livro Criticisme de Descartes. Essa aproximação é endossada por Jean-Luc Marion, no seu livro Sur la Theologie Blanche de Descartes. Marion, porém, aponta para uma dificuldade: enquanto que para Saussure a relação de arbitrariedade se dá no interior do signo entre o significante e o significado, em Descartes seria mais propriamente uma relação de exterioridade entre o signo e sua significação que, em linguagem moderna, é chamado de referente. Entretanto, Marion se apressa em observar que se pode facilmente provar que, por 'significação', Descartes entende não o referente, mas, o que o signo nos faz conceber, isto é, o significado, tal como em Saussure.

³ Trata-se de publicação póstuma, organizada com notas de aula tomadas pelos ex-alunos Charles Bally e Albert Sechehayé.

Desta forma, a diferença entre Descartes e Saussure parece reduzir-se a uma questão de nomenclatura. Tanto para Descartes quanto para Saussure a relação de arbitrariedade está entre a palavra e seu significado, apenas que, enquanto Descartes chama de signo exclusivamente a palavra, para Saussure, a palavra isoladamente chama-se significante, o seu conceito chama-se significado, sendo que signo é a combinação de ambos (Forlín, 2004, p. 50-52).

Pouco lembrada, essa relação saussure-cartesiana é fundamental para que se entenda o que foi classificado por Ruthrof (2007, p. 25, 27) como *idealismo linguístico autossuficiente*. Ainda que para Saussure (2004 [1916], p. 130) não existam ideias preestabelecidas, ou qualquer tipo de delimitação antes do aparecimento da língua, e que, em Descartes (2002 [1596-1650], p. 97), a palavra seja sempre a expressão de uma ideia, há, entre ambos, *afinidade binário-arbitrária*, a concepção da linguagem como um par resultante de capricho subjetivo.

Isso comentado, é de se dizer que Saussure (2004 [1916], p. 81), assumindo a arbitrariedade diádica do signo cartesiano, entende-o a partir de dois eixos: (i) simultaneidade ou *sincronia*, e (ii) sucessão ou *diacronia*, responsáveis por organizar os sentidos verbais (Saussure, 2004 [1916], p. 94-116). O

[...] que se tem são relações estabelecidas entre as palavras de um discurso, que se combinam umas com as outras e umas após as outras em virtude do caráter linear da língua a impedir a possibilidade de dois signos sejam pronunciados ao mesmo tempo. Este primeiro eixo é o sintagma: uma sequência de signos, linear e irreversível [...].

Esse eixo não existe isoladamente: vem relacionado e é validado por outro, o eixo das relações associativas ou paradigmático (de paradigma=modelo). Em outras palavras, ao preparar-me para formular uma dada mensagem, escolho previamente um signo dentre um repertório de outros a ele associados. Por exemplo, devo referir-me a uma “bola de futebol”. Na gíria desse esporte, além de bola há uma série de outros signos que podem ser utilizados, não importa se denotativa ou conotativamente: “balão de ouro”, “esfera” [...]. O conjunto desses signos constitui um paradigma do qual me servirei para a construção do sintagma – sendo que me remeterei a tantos paradigmas quantos forem os signos presentes no sintagma (Coelho Netto, 2010 [1999], p. 26-27).

O linguista dinamarquês Louis Hjelmslev, segundo Fiorin (2003, p. 20), “um autor pouco lido e muito criticado nos dias de hoje”, classificou o projeto saussuriano – de inspiração cartesiana – como “*Gestalt linguistik*” (Hjelmslev, 1999 [1943], p. 82), ou uma linguística estrutural. Estrutura, tal proposta, é “um tecido de dependências ou de funções (na acepção lógico-matemática desse termo)” (Hjelmslev, 1999 [1943], p. 83). A última afirmação, frente à teoria binária de Saussure, *comprometimento diádico significante/significado, sintagma/paradigma*, causa certa estranheza. Conforme esclarece Nöth (1994, p. 40-41, 43-44), binarismo, se muito, descreve os elementos de um sistema signico; falar sobre relações sistêmicas, linguagem propriamente dita, requer, *condição lógico-matemática obrigatória*, a existência de um terceiro elemento mediador, *tertium comparationis* (Queiroz, 2004, p. 34-35; Moraes e Queiroz, 2005).

Hjelmslev (2000 [1966], p. 66), ignorante do problema, propôs que, ao invés de se pensar em significante/significado, se tomasse no seu lugar o par expressão/conteúdo, articulado da seguinte maneira: “Uma expressão só é expressão porque é expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão” (Hjelmslev, 2000 [1966], p. 67). Entre esses dois elementos, haveria a *função semiótica*, responsável por estabelecer necessária relação, algum grau equivalente ao signo (Hjelmslev, 2000 [1966], p. 77). Não se trata, alguém poderia supor, de solução ao binarismo, mas apenas de nomenclatura obscura, ausente de maiores consequências práticas ou mesmo teóricas.

Provas do que se afirma podem ser facilmente extraídas da seção “Definições”, encontrada ao final dos “Prolégomènes à une théorie du langage” (Hjelmslev, 2000 [1966], p. 164-169). Tome-se, de início, o conceito adotado para função: “dependência que satisfaz as condições de análise” (Hjelmslev, 2000 [1966], p. 164). Agora, leia-se como Hjelmslev delimitou o vocábulo “análise”: “descrição de um objeto através de dependências homogêneas de outros objetos em relação ao primeiro e das dependências entre eles reciprocamente” (Hjelmslev, 2000 [1966], p. 164). Tudo junto, quase um *Frankenstein*, tem-se que a função designa “a dependência que satisfaz as condições da descrição de um objeto através de dependências homogêneas de outros objetos em relação ao primeiro e das dependências entre eles reciprocamente”. Recorrer ao verbete *sémiotique* apenas aumenta a falta de clareza sobre o que seja a “função semiótica”; transcreva-se palavra por palavra: “hierarquia na qual um componente qualquer admite uma análise ulterior em classes definidas

por relação mútua, de tal maneira que não importa qual dessas classes admita uma análise em derivados definidos por mutação mútua” (Hjelmslev, 2000 [1966], p. 166-167).

A nomenclatura empregada é imprecisa e recursiva, dotada de espécie de autismo tautológico, aquilo que Lucien Sfez (2000 [1992], p. 78), certa ocasião, nomeou por *tautismo*. Trata-se, impossível negar, de *mathesis universalis*, referência ao princípio cartesiano

que estipula os critérios da homogeneização dos objetos entre si. Esses critérios são simultaneamente parâmetros da racionalidade humana. Descartes reconhece que os objetos, de qualquer espécie que sejam, embora os da matemática sejam exemplares, devem preencher determinados requisitos para que a mente possa pensá-los, examiná-los, enfim, conhecê-los. A mente deve, primeiramente, poder medi-los e, para tal, é preciso que os objetos tenham uma “grandeza” (essa noção não se restringe à grandeza matemática) e, sob esta, uma unidade comum de medida. Em segundo lugar, se os objetos são homogêneos ou têm uma natureza comum, o que os distingue é seu grau de complexidade ou de composição. O segundo critério da mathesis é a ordem, visto que as coisas ordenam-se dentro do critério da simplicidade e da dependência: elas formam relações entre si, cujo ordenamento ocorre pela relação de composição e de dependência. Conhecer é, portanto, ordenar e medir os objetos entre si pela razão (Battisti, 2010, p. 577).

Quando Hjelmslev fala insistentemente sobre “dependências homogêneas”, “relações mútuas” e “hierarquia”, quase um círculo vicioso mental, ele está, ainda que não declare – ou não saiba –, assumindo compromisso cartesiano. Inexiste, diante do exposto e como quer Fiorin (2003, p. 29), qualquer formalidade na conceituação hjelmsleviana, mas, se muito, novos nomes desnecessariamente complicados para antinomias e procedimentos já encontrados em Descartes e Saussure, cujas *ideias binárias*, indicou-se em outra ocasião, são *formalmente inadequadas* para elucidar *relações de linguagem*. Mais necessário, contudo, é notar que a “função semiótica” – o que se conhece do signo (Fiorin, 2003, p. 34) –, ao precisar *satisfazer condições de análise*, cria necessário imperativo do arbitrário: categorias idealísticas *a priori*, forçosamente, devem engavetar todo e qualquer fenômeno linguístico. Este é, exatamente, o método cartesiano aplicado à linguagem verbal.

Descartes inicia as Regras decretando a primazia da mente ou da razão em relação aos objetos do conheci-

mento. A Regra 1 apresenta a unidade originária da razão e afirma que as ciências, por serem atividade e produto do mesmo e idêntico espírito, não se distinguem enquanto tais e conservam essa unidade originária. A luz natural da razão é condição para o conhecimento das coisas; e, sendo única e sempre a mesma, não sofre a influência da diversidade dos objetos, por mais distintos e diferentes que sejam, não necessitando modificar-se em razão da diferença entre eles. Ao contrário, são eles que devem deixar-se homogeneizar pela unidade da razão: eles devem ser receptivos à sua luz (da mesma forma que as coisas recebem a luz solar) e, como tais, deixam de ser apenas coisas para tornarem-se coisas passíveis de serem iluminadas pela razão. Nesse sentido, a Regra 1 decreta a primeira e mais geral exigência no âmbito cognitivo. Ainda sem dizer em que termos, a regra exige uma primeira adequação dos objetos de conhecimento: eles devem partilhar entre si uma natureza comum (primeiro nível de homogeneização dos objetos) que permitirá serem iluminados e tornarem-se visíveis à mente e manipuláveis por ela (Battisti, 2010, p. 577).

É dessa aliança cartesi-saussuri-hjelmsleviana, confraria nominalista, que brotam, na Europa, entre as décadas de 1960 e 1990, infindáveis semióticas autodeclaradas “da imagem”, incluindo-se a barthesiana rapidamente ilustrada na abertura desta seção (Sonesson, 1993, p. 21). A.J. Greimas, talvez o mais notório membro do aludido contexto, apresentou “abundante parafernália” teórica (Sonesson, 1993, p. 6) para a análise da significação, fundamentada na oposição “imanência” vs. “manifestação” (Greimas e Courtés, 2008 [1979], p. 255). A imanência, referência direta à *primazia da mente ou da razão em relação aos objetos do conhecimento* – primeira regra metodológica cartesiana –, é composta por antinomias apriorísticas independentes da linguagem, denominadas “semas” (i.e. masculino vs. feminino, humano vs. animal, natureza vs. cultura...).

Os semas (Greimas e Courtés, 2008 [1979], p. 429), unidades mínimas e, ausência de provas lógico-matemáticas ou empíricas, míticas (!) de significação, situam-se no plano do conteúdo e têm o contraposto dos “femas” (Greimas e Courtés, 2008 [1979], p. 207-208). Estes, plano da expressão, são os responsáveis por manifestar os semas elementares: “mulher, por exemplo, combina uma forma fonológica [expressão] e os semas ‘feminino’ e ‘humano’, que são o resultado de oposições imanentes” (Culler, 1977, p. 77).

As categorias descritas são exclusivamente ideais, já que mesmo o “plano da expressão”, correspondente ao significante saussuriano – impressão psíquica do som – não satisfaz exame fenomenológico, mas apenas abstrato (Greimas e Courtés, 2008 [1979], p. 95, 197, 208): “uma categoria fêmica nada mais é do que uma categoria semântica, utilizada para a construção do plano da expressão” (Greimas e Courtés, 2008 [1979], p. 208). Semas e femas são, pois, fonte de teoria semiótica apartada do sensível: no modelo greimasiano, inexistente contrapartida ontológica (!!).

Não parece o caso de se aprofundar muito mais na “parafernália” discursiva, mas o de informar que Greimas, em *Sémantique Structurale* (1964), depois de conceituar a semântica como “*description du monde des qualités sensibles*” (Greimas, 1964, p. 9), recorreu ao par significante/significado, destinado exclusivamente à linguística, para se reportar a elementos de ordem visual, tátil, auditiva, ou ao universo multissensorial (Greimas, 1964, p. 10-12). Em outro momento, em coautoria com Courtés, Greimas falava, no seu “Dicionário de Semiótica”, que, por se preocupar com a natureza de cada tipo de texto e as suas respectivas características, a semiótica discursiva trabalha como “distintos planos da expressão”, compostos por signos verbais, não verbais e mesmo sincréticos, formados a partir de variados textos manifestos heterogêneos, produzidos por uma única enunciação que se subdivide em “uma enunciação verbal, uma enunciação gestual, uma enunciação visual” (Greimas e Courtés, 1986 [1979], p. 218).

Existe, não é difícil arrematar, incoerência em propor respeito à identidade dos diferentes tipos de signos nomeando-os por “textos” e recorrendo, para tanto, a um plano da expressão linguístico-binário-arbitrário. É bastante compreensível, logo, que Sonesson (1993, p. 6, 25) atribua aos integrantes da escola greimasiana que se propuseram a analisar signos visuais, notadamente Jean-Marie Floch e Felix Thürlemann, a deformação das imagens e outros tipos de significados não verbais por tratá-los como similares à língua, através da depravação dos sentidos originais de certos termos linguísticos tomados por parâmetros analíticos.

Procedimento correlato seria verificado no *Groupe μ*, ou grupo de Liège (Sonesson, 1993, p. 7). Este, *Traité du signe visuel* (Groupe μ, 1992), lançou-se à tarefa de elaborar, preste-se atenção ao termo, uma “gramática da

imagem”, que, na interpretação de Sonesson (1993, p. 7), é profundamente dependente das ideias hjelmslevianas – entendidas de modo equivocado (Sonesson, 1993) – e de certas noções greimasianas. Eis o motivo pelo qual tanto a Escola de Paris quanto a de Liège não criaram teorias da imagem, mas abordagens responsáveis por aplicar metaforicamente (Sonesson, 1989, p. 17) conceitos ideais de outra área – a linguística – à interpretação dos signos visuais.

Suposta exceção, o trabalho de Fernand Saint-Martin (*in* Sonesson, 1993, p. 7-8) pretensamente rejeita o modelo linguístico⁴, mas concebe, no seu lugar, uma abordagem semiótica diádica amparada pela psicologia da percepção gestáltica, proposta obscura e enraizada em metafísica romântico-literária (Santos, 2012a). Página 29 de *Semiotics of Visual Language* (1990), a própria Saint-Martin declara, para que não se acuse leitura equivocada, débito arnheimiano, e cita diretamente, objetivo de concordância, a doutrina das cores de Goethe (Saint-Martin, 1990, p. 39-40, 43) e Köhler (Saint-Martin, 1990, p. 23, 43-44, 46, 73), ou ainda noções binárias antagonistas, a exemplo de esquerdo vs. direito; vertical vs. horizontal (Saint-Martin, 1990, p. 83).

Quando tudo é signo, a imagem tem o seu potencial semiótico subtraído

Winfried Nöth, *orientação peirceana*, inicia *Semiotic foundations of the study of pictures* (2003, p. 377) afirmando que discutir as bases semióticas do estudo das imagens “pressupõe que as imagens são signos”. A premissa é repetida nas conclusões do artigo (Nöth, 2003, p. 390) e serve para que Nöth (2003, p. 381-383), munido dos termos técnicos *representamen*, *objeto* e *interpretante*, encaixe as representações visuais na rubrica “signos genuinamente triádicos”. Não há – nem poderia haver – qualquer discordância. Como se sabe, o “nível de abstração dos conceitos peirceanos é muito elevado” (Santaella, 2005 [2001], p. 29), e a noção de signo se desdobra do mundo puramente físico ao humano (Santaella, 2009 [2007]), intervalo no

⁴ Saint-Martin (1990, p. 65) faz uso de nomenclaturas como “sintaxe”, “gramática” e “enunciação” e atribui, para a linguagem visual, “hipóteses sintáticas” (Saint-Martin, 1990, p. 183), recorrendo, em algumas ocasiões, a Hjelmslev (Saint-Martin, 1990, p. 183-184). Não se viu na autora, como sugeriu Sonesson (1993, p. 8), “rejeição radical do modelo linguístico”.

qual se incluem reações químicas, o comportamento dos animais, a cultura e, com certeza, as imagens, até mesmo as unicamente mentais, as autorreferentes, ou ainda aquelas feitas para designar objetos não-existentes (Nöth, 2003).

A generalidade – e por consequência a indeterminação (Santaella, 2010, p. 354) – dos postulados semióticos é tamanha que, certa ocasião, 1905, Peirce (2010 [1931-1966], vol. 5, § 448) afirmou: “todo o universo está inundado com signos, se é que ele não é exclusivamente composto de signos”. Eis o motivo de, repetidas vezes, Santaella (2002, p. XI-XVII, 2004) atentar para o seguinte: a semiótica peirceana não é uma ciência especializada, possuidora de objeto de estudo delimitado e metodologias empíricas; aplicá-la ao entendimento da literatura, da biologia ou da publicidade, embora residualmente possível, coloca-a distante de seu real propósito: o de fornecer “teoria geral, formal e abstrata dos *métodos de investigação* utilizados nas mais diversas ciências” (Santaella, 2002, p. XII, grifos adicionados).

Justamente por ser empregável, patamar unicamente lógico-abstrato, a todo e qualquer objeto de estudo, a semiótica não é direcionada especificamente a nenhuma área do conhecimento ou *corpus* – comunicação humana e imagens contempladas. É preciso, logo, se ter em mente, e de modo muito claro, o que a semiótica, “doutrina da natureza essencial e variedades fundamentais de semiosis possíveis” (Peirce, 2010 [1931-1966], vol. 5, § 488) revela – *princípios lógicos gerais* ou *leis universais* do pensamento e da natureza – e o que ela negligencia: as peculiaridades dos processos sógnicos encarnados.

Eis o motivo pelo qual Göran Sonesson (1993, p. 3), acertadamente, ter concluído que “nos trabalhos pioneiros das primeiras semióticas, de Leibniz e Degerando a Peirce e Saussure, e do formalismo russo à Escola de Praga, as imagens raramente são discutidas em seus próprios termos”. Os exaustivamente – e às vezes levemente (c.f. Sebeok, 1976, p. 1432) – citados ícones, índices e símbolos são substrato analítico não apenas para as fotografias, os desenhos, as gravuras e as pinturas, mas também, em conjunto com as outras tipologias de signo, para tudo (!). Nada, na extensa obra peirceana (Sebeok, 1976, p. 1442), é capaz de sustentar afirmações desconexas de *terribles simplificateurs* como Michael Leja (2000, p. 97), segundo o qual, “Peirce provavelmente concordaria com a ideia de que sua semiótica era fundamentalmente visual”.

A doutrina dos signos, portanto, ainda que usada para falar das imagens, via de regra acompanhada por breves notas fenomenológicas (Araújo, 2005; Borges e Santos, 2010; Cardoso, 2008; Chiachiri 2010; Pagliarini,

2010; Laurentiz 1999; Santaella e Nöth, 2010), não é uma ciência da imagem; mas potencialmente de qualquer coisa: um suspiro, uma música ou, por exemplo, um teorema, podem ser analisados semioticamente (Santaella e Nöth, 2010, p. 93). Alerta ao fato, Santaella, em “Matrizes da linguagem e do pensamento” (2005 [2001], p. 29), desenvolveu elaborado sistema classificatório baseado na semiótica de Peirce, comprometido com a criação de suposto “patamar intermediário entre os conceitos peirceanos e as linguagens manifestas”.

Quando se diz suposto, afirma-se que esse sistema também não oferece uma teoria da imagem, pois incide apenas “sobre um nível bastante abstrato das representações visuais” (Santaella, 2005 [2001], p. 208), deliberadamente negligente com “a importância das peculiaridades do meio, suporte e materiais” (Santaella, 2005 [2001]), tão necessárias ao estudo empírico de objetos como capas de revista ou publicidades. Assim, apesar de o mencionado livro referir-se a uma “matriz visual”, ele tem o objetivo exclusivo de “evidenciar os substratos lógicos e semióticos gerais que estão *subjacentes a toda e a cada linguagem*” (Santaella, 2005 [2001], p. 30, grifos adicionados), funcionando ao modo de um “mapa orientador muito flexível e multifacetado para a leitura de processos concretos de signos: um poema, um filme, uma peça musical, um programa de televisão, um objeto sonoro, e todas as suas misturas” (Santaella, 2005 [2001], p. 29-30).

Tal caráter generalista faz a criação de Santaella, a despeito da assumida proposta de ser “patamar intermediário”, avançar pouco em relação a Peirce; a autora, ao invés de ocupar a lacuna de uma ou mais semióticas especiais (e.g. uma semiótica do som; outra da imagem), oferta teoria ampla, destinada a toda e qualquer linguagem – e, portanto, em particular, a nenhuma. Há ainda outros problemas. O mais grave deles: as 411 páginas de “Matrizes...” são incapazes de revelar ao leitor o que seja uma “matriz”, conceito chave para entender a autoadjetivada “hipótese bastante ousada” (Santaella, 2005 [2001], p. 20) da autora. Existe, pois, questão epistemológica basilar não resolvida: o leitor, exercício intuitivo, precisa adivinhar ele próprio o que são as “três grandes matrizes lógicas da linguagem e pensamento”.

Em um novo momento, Santaella (2005 [2001], p. 75), com o propósito de defender a sua invenção ternária – matrizes sonora, visual e verbal como fontes de todas as linguagens – afirma: “É possível haver uma gramática da visualidade e uma gramática da sonoridade, mas não uma gramática do tato, cheiro ou paladar”. A teórica não poderia estar mais equivocada. “Heldy Meu Nome – Rom-

pendo as barreiras da surdocegueira”, escrito pela pedagoga Ana Maria de Barros Silva (2012), narra, em 219 páginas, a história de uma menina cearense surdocega congênita que, auxiliada pela LIBRAS tátil e pelo método Braille, consegue comunicar-se. A LIBRAS tátil, “modalidade em que a configuração das mãos na produção dos sinais não é, evidentemente, vista, mas sentida pelo contato físico, numa espécie de ‘balé a quatro mãos’” (Magnani, 2009, p. 149), funciona ao modo de “conversa” háptica: os sinais são feitos diretamente nas mãos, instaurando processo de codificação/decodificação pelo toque. Já o Braille, considerado a escrita mais adequada aos deficientes visuais (Santos, 2008), goza, inclusive, de sistemas especiais de notação para apresentação da matemática, permitindo o ensino tátil da aritmética (Mazzotta, 2005, p. 19-20). O dados mencionados, aos quais se poderiam adicionar muitos outros (e.g. Nuernberg, 2008; Cambruzzi e Costa, 2007; Cormedi, 2011, p. 73-104), indicam a existência de “gramática” em métodos de comunicação unicamente táteis; refutam, logo, a afirmação feita por Santaella de que apenas visão e audição possuem linguagens completas que, misturadas ao verbal, originariam todas as outras linguagens. Assim fosse, Hedy, a aludida menina surdocega congênita, jamais poderia ter sido alfabetizada.

É preciso dizer, porém, que, ao falar no seu “Matrizes” sobre uma “matriz visual” ou uma “matriz sonora”, Santaella não se reporta necessariamente aos sentidos visual e auditivo. Dada ocasião, a autora estabelece a seguinte premissa da sua teoria: “enquanto a matriz verbal é mais abstrata e, portanto, menos dominada por um sentido determinado, a visual está mais ligada ao olho e o sentido da visão, enquanto a sonora está ligada ao ouvido e o sentido adutivo” (Santaella, 2005 [2001], p. 57). As matrizes “visual” e “sonora”, então, seriam conceitos lógicos, ainda que, certo grau, conectados de modo privilegiado a dois sistemas perceptivos – visual e auditivo. A própria Santaella cuida de refutar a conclusão: olho e ouvido, escreve a autora, gozariam de maior intimidade com o cérebro (Santaella, 2005 [2001], p. 73); ao que Santaella (2005 [2001], p. 74) sobrepõe: “as matrizes da visualidade e sonoridade são frutos da complexidade fisiológica do olho e ouvido”.

Sustentar que as matrizes visual e sonora constituem conceitos abstratos preferencialmente ligados à visão e audição é uma coisa; afirmar que tais matrizes “são frutos da complexidade fisiológica do olho e ouvido” estabelece outro tipo de relação: a de que o sistema háptico, por exemplo, é incapaz de gerar uma “matriz da linguagem”. Os índios Cashinahua peruanos, não sem razão, discor-

dariam: é exatamente o conhecimento tátil, *ichi una*, que garante a sobrevivência desse grupo étnico nas densas e escuras florestas tropicais, nas quais é impossível recorrer à classificação visual para encontrar comida e fugir dos perigos (Howes, 2005, p. 27). Mais plausível, pois, assumir que o Ocidente atrofiou o potencial semiótico do tato, do olfato e do paladar; e que tais sistemas perceptivos, noutros contextos, como o de uma deficiência sensorial, podem ocupar lugar diferenciado na complexa rede sensorio-cognitiva humana (cf. Santos, 2009, 2012b). Mas isso é assunto para outro trabalho.

Retorne-se, questão de foco, à “matriz visual”. Há outra escorregadela epistêmica a ser revelada. Santaella, com a intenção de usar abordagens menos abstratas e capazes de amparar a interface Peirce/imagens, conclama diversos estudiosos de outras áreas do conhecimento. Tal exercício, o fundador da Ecologia Perceptiva, James J. Gibson, e Kurt Koffka, expoente da Gestalt, são colocados lado a lado (Santaella, 2005 [2001], p. 203). Imprudentemente: Gibson é Realista; a Gestalt, como se sabe, baseia-se no Romantismo de Goethe (cf. Santos, 2012a). Ainda que possa haver cruzamentos temáticos e conteudistas entre os dois últimos autores mencionados e de ambos com Peirce, isso pouco – ou nada – contribui para discussões profundas, gerando, via de regra, um *patchwork superficial de pensadores*, composto por frases e termos técnicos deslocados dos seus reais sentidos. A gravidade do que se escreve exige citação direta:

Para nossos propósitos, entretanto, aquilo que a teoria gestáltica traz de mais importante está no papel fundamental ocupado pelas formas visuais nessa teoria e as consequentes condições objetivas e definições precisas dos caracteres distintivos dessas formas, tais como espacialidade, direções privilegiadas no espaço [...] enfim todo um conjunto de elementos que só vem corroborar a pertinência de minha hipótese de que não poderia haver um eixo mais apropriado para a visualidade do que o eixo da forma. Essa mesma adequação se revela quando recorremos ao esmerado conceito de forma elaborado por Gibson (1951, p. 403-412) (Santaella, 2005 [2001], p. 203).

Agora transcreva-se o que Gibson (1951, p. 412), no seu mencionado texto “*What is a form*”, fala a respeito da Gestalt: “não há tal coisa como uma forma-em-geral dotada de características universais a ela atribuídas pelos teóricos da Gestalt”. Pelo inevitável, tudo exposto, a compreensão da “forma” gibsoniana e aquela elaborada

pelos gestaltistas não pode, sob nenhuma condição, ser aproximada. É compreensível, logo, que, nos seus dois volumes dedicados à semiótica aplicada (Santaella, 2002; Santaella e Nöth, 2010), Santaella, ao invés de recorrer às suas próprias “matrizes”, vá diretamente a Peirce, cujos “conceitos são lógicos, definidos com precisão matemática” (Santaella, 2002, p. XV), ainda que distantes de objetivos empíricos. Essa condição faz Santaella (2002, p. 43) advertir que, em se tratando da aplicação dos postulados peirceanos à interpretação de embalagens de xampu, peças publicitárias e correlatos,

não há receitas prontas para a análise semiótica. Há conceitos, uma lógica para sua possível aplicação. Mas isso não dispensa a necessidade de uma heurística por parte de quem analisa e, sobretudo, da paciência do conceito e da disponibilidade para auscultar os signos e para ouvir o que eles têm a dizer (Santaella, 2002, p. 43, grifos adicionados).

O alerta é oportuno para que se discutam certos procedimentos. Ao analisar as cores da marca da empresa de telefonia “Vivo”, Santaella e Nöth (2010, p. 194) escrevem coisas como:

[...] a luminosidade e a textura indicam modernidade. São cores-luz, tecnológicas, pode-se dizer, produzidas em computador, frutos das misturas de cores que o computador pode gerar. Por serem marcantes, sem serem agressivas, elas se adequam aos requisitos de um público com características psicológicas e culturais universais. Quer dizer, podem se ajustar a faixas etárias e classes sociais diversas e a culturas distintas.

Dizer que certo conjunto de cores é “marcante sem ser agressivo”, sem antes definir o que seja algo “visualmente marcante” ou “uma agressão visual”, é algo muito vago e subjetivo. Longe, pois, da precisão que caracteriza a semiótica de Peirce. Em outra passagem, Santaella e Nöth (2010, p. 194), sem maiores explicações, informam que a cor amarela “indica poder e dinamismo”. A sensação que fica para quem lê as análises, certos momentos, é a de que boa parte daquilo que é escrito fora do jargão semiótico, isto é, tudo que seria peculiar ao objeto visual analisado, carece de maior acurácia conceitual; a “receita” ofertada, talvez, seja falha...

Para iniciar o debate

Ainda que não se tenha detalhado as formulações dos semioticistas europeus que se dedicaram à imagem, matéria sobre a qual há ampla literatura (cf. Sonesson, 1989, 1993; Santaella e Nöth, 2005 [1997]), este escrito cumpriu o seu propósito: indicar as reminiscências cartesi-saussuri-hjelmslevianas de tais teorias e, no caso de Fernando de Saint-Martin, comprometimento também gestáltico. As resoluções do *Groupe µ* e, sobretudo, dos seguidores de Greimas, são bastante difundidas no Brasil (cf. Oliveira e Fechine, 1998; Pietroforte, 2004, 2008) por autores que parecem desconhecer seu *endividamento linguístico e equívoco diádico*, isto é, que suas abordagens semióticas não são teorias da linguagem formalmente corretas e autônomas, mas certa *categorização apriorística idealista de base exclusivamente verbal*, inadequadas, pois, ao exame dos signos visuais. Uma saborosa crítica barthesiana parece apropriada para apimentar o assunto: “os semioticistas não podem confiar apenas na linguagem; eles não podem assumir que tudo aquilo nomeado seja significante e que tudo sem nome seja insignificante” (Barthes *in* Sebeok, 1991, p. 60).

No caso da semiótica peirceana, o problema é outro: “sendo uma lógica do método investigativo, [essa teoria] não fornece informação específica sobre o funcionamento da linguagem visual” (Borges, 2010, p. 141). Deste modo, ainda que perfeitamente aplicável às imagens, a semiótica desenvolvida por Peirce, ciência quase tão abstrata quanto a matemática, pouco tem a revelar, quando usada de maneira isolada, sobre fotografias, pinturas, filmes ou a televisão. Santaella, em trabalho autoral, também não desenvolve abordagem específica para a análise dos signos visuais em suas problemáticas “matrizes” de inspiração peirceana. Ainda que a autora fale na relação genética aparato visual/matriz visual, há, ao mesmo tempo, a defesa da matriz visual como abstração lógica, conceito geral pertinente a toda e cada linguagem; despreocupado, portanto, com pormenores de uma teoria para a interpretação das imagens. Falta ao momento, pois, tanto quanto esta pesquisa conseguiu avançar, caminho metodológico claro e objetivo para conectar a generalidade peirceana à especificidade dos fenômenos comunicativos visuais.

Os apontamentos aqui realizados sobre o emprego das abordagens semióticas na análise de imagens, embora iniciais e limitados pelo diminuto tamanho destinado aos artigos nas revistas da Área de Comunicação⁵, permitem

⁵ Usualmente, os textos não devem exceder 35 mil caracteres com espaços (bibliografia inclusa); o que é muito pouco para qualquer pesquisa teórica maior que uma carta de intenções.

afirmar duas coisas: (i) aparentemente, ainda que pouco se comente, inexistente teoria semiótica da imagem. (ii) Aplicar tal e qual as abordagens semióticas à interpretação dos signos visuais é, consequência obrigatória, ou um procedimento metafórico, ou um procedimento vago, por vezes metodologicamente mal explicado. E, se mais salutar que certezas é, contexto científico, levantar questões, este artigo termina com a seguinte: no atual estado da arte, as teorias semióticas (certamente não se fala de todas, mas das discutidas neste escrito) devem ser usadas como epistemologia e, principalmente, método para análise das comunicações visuais?

Agradecimentos

À Fapesp, pelo financiamento; a Priscila Borges, Maria Ribeiro, Amaral Gurick e Tarcísio Cardoso, pelas discussões realizadas durante a elaboração deste escrito; às editoras e aos pareceristas, pelas preciosas contribuições.

Referências

- ALZAMORA, G. 2008. Articulações semióticas entre imagem e verbo nas capas da Revista *Veja* em contraste com *Der Spiegel*. In: L. SANTAELLA; W. NÖTH, *Palavra e imagem nas mídias: um estudo intercultural*. Belém, UFPA, p. 181-203.
- ARAÚJO, E.F. 2005. *A Lógica Heurística/persuasiva do Design Gráfico*. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 181 p.
- BARTHES, R. 1990 [1964]. A retórica da imagem. In: R. BARTHES, *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, p. 27-43.
- BARTHES, R. 1984a [1980]. *A Câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 185 p.
- BARTHES, R. 1984b [1964]. *Elementos de semiologia*. Lisboa, Edições 70, 88 p.
- BATTISTI, C.A. 2010. O método de análise cartesiano e o seu fundamento. *Scientiae Studia*, 8(4):571-596. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ss/v8n4/04.pdf>. Acesso em: 12/11/2011.
- <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-31662010000400004>
- BORGES, P.M. 2010. *Mensagens cifradas: a construção de linguagens diagramáticas*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 278 p.
- BORGES, P.; SANTOS, M. 2010. Deslizando pelas categorias signílicas de C. S. Peirce: um estudo de caso. In: JORNADA PEIRCEANA, 13, PUC-SP 2010. *Anais...* São Paulo, p. 291-306.
- CAMBRUZZI, R. de C.S.; COSTA, M. da P.R. da. 2007. Análise dos níveis de comunicação do aluno com surdocegueira. *Temas em Psicologia*, 15(2):249-268.
- CARDOSO, J.B.F. 2008. Olhares semióticos sobre a comunicação visual: os estudos dos signos visuais na publicidade. *Fronteiras – estudos midiáticos*, 10(3):183-192. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/5396>. Acesso em: 14/04/2014.
- CARDOSO, T. 2010. *Funções não-representativas no design gráfico pós-moderno*. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 148 p.
- CHIACHIRI, R. 2010. *O Poder Sugestivo da Publicidade – Uma análise Semiótica*. São Paulo, Cengage Learning, 120 p.
- COELHO NETTO, J.T. 2010 [1999]. *Semiótica, informação e comunicação*. São Paulo, Perspectiva, 217 p.
- CORMEDI, M.A. 2011. *Alicerces de significados: a aquisição de linguagem na surdocegueira congênita*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, 402 p.
- CULLER, J. 1977. *Structuralist Poetics: Structuralism, Linguistics and the Study of Literature*. Ithaca, Cornell University Press, 348 p.
- DESCARTES, R. 2002 [1596-1650]. *Princípios da filosofia*. Rio de Janeiro, UFRJ, 114 p.
- FECHINE, Y. 2011. Roteiro em novas mídias: uma abordagem a partir da teoria da linguagem. *Revista Galáxia*, 11(22):222-236. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/6981/6068>. Acesso em: 03/02/2012.
- FIORIN, J.L. 2003. O projeto hjelmsleviano e a semiótica francesa. *Revista Galáxia*, 3(5):19-52.
- FORLIN, E. 2004. A Concepção Cartesiana de Linguagem. *Cadernos de História e Filosofia da Ciência (UNICAMP)*, 14(1):49-58. (Série 3).
- GIBSON, J. 1951. What is a form? *Psychological Review*, 58(6):403-412. <http://dx.doi.org/10.1037/h0055232>
- GUINARD, P. 1993. Analyse critique de la sémiotique de Peirce et justification ontologique du concept d'impressional. Disponível em: <http://cura.free.fr/03peirce.html>. Acesso em: 19/01/2012.
- GUINARD, P. 2011. *Nostradamus ou l'éclat des empires*. Lyon, Books on Demand Editions, 192 p.
- GREIMAS, A.J. 1964. *Sémantique structurale: recherche de méthode*. Paris, Librairie Larousse, 262 p.
- GREIMAS, A.J.; COURTÉS, J. 2008 [1979]. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo, Contexto, 543 p.
- GREIMAS, A.J.; COURTÉS, J. 1986 [1979]. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris, HACHETTE, 270 p.

- GROUPE μ . 1992. *Traité du signe visuel: Pour une rhétorique de l'image (La Couleur des idées)*. Paris, Seuil, 504 p.
- HJELMSLEV, L.T. 1999 [1943]. *Ensaio linguísticos*. São Paulo, Perspectiva, 293 p.
- HJELMSLEV, L.T. 2000 [1966]. *Prolégomènes à une théorie du langage: suivi de la structure fondamentale du langage*. Paris, Les Editions de Minuit, 231 p.
- HOWES, D. 2005. Skinscapes: Embodiment, Culture and Environment. In: C. CLASSEN, *The Book of Touch*. New York, Berg, p. 27-39.
- LAURENTIZ, S. 1999. *Imagens Animadas - Estruturas dinâmicas analisadas a partir de princípios semióticos*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 185 p.
- LEJA, M. 2000. Peirce, Visuality, and Art. *Representations*, 72(1):97-122.
- MACHADO, A. 2000. *A Televisão Levada a Sério*. São Paulo, Editora Senac, 244 p.
- MAGNANI, J.G.C. 2009. Etnografia como prática e experiência. *Horizontes. antropológicos*, 15(32):129-156. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ha/v15n32/v15n32a06.pdf>. Acesso em 21/07/2011.
- MARCONDES FILHO, C.J.R. 2004. Os equívocos de Peirce. *Revista FAMECOS*, 1(25):153-167.
- MARCONDES FILHO, C.J.R. 2012. Esquecer Peirce? Dificuldades de uma teoria da comunicação que se apoia no modelo lógico e na religião. Parte I. *Galáxia*, 12(24):22-32. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/12940/9407>. Acesso em: 01/02/2013.
- MAZZOTA, M.J. da S. 2005. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo, Cortez, 208 p.
- MORAES, L.; QUEIROZ, J. 2005. Irredutibilidade das relações segundo C.S. Peirce. *Cognitio*, 2(1):14-21.
- MOTTA, L.T. 2003. *Literatura e Contracomunicação*. São Paulo, UNIMARCO, 94 p.
- NÖTH, W. 1994. Opposition at the roots of semiosis. In: W. NÖTH (ed.), *Origins of semiosis: Sign evolution in nature and culture*. Berlin, Mouton de Gruyter, p. 37-60. <http://dx.doi.org/10.1515/9783110877502.37>
- NÖTH, W. 2003. Semiotic foundations of the study of pictures. *Sign Systems Studies*, 31(2):377-392.
- NUERNBERG, A.H. 2008. Contribuições de Vigotski para a educação de pessoas com deficiência visual. *Psicologia em Estudo*, 13(2):307-316. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a13v13n2>. Acesso em: 01/02/2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722008000200013>.
- OLIVEIRA, A.C. 2003. Sabor de Sabor Pão de Açúcar, à luz da semiótica. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1034.pdf. Acesso em: 03/01/2013.
- OLIVEIRA, A.C. 2009. Comunicação e produção semiótica do sentido. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1110.pdf. Acesso em: 03/01/2013.
- OLIVEIRA, A.C. 2012. Fait Divers na resignificação da vida. *CASA*, 10(2):1-33. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/casa/article/view/5582>. Acesso em: 05/01/2013.
- OLIVERIA, A.; FECHINE, Y. (eds.). 1998. *Semiótica da arte: teorizações, análises e ensino*. São Paulo, Hacker/Centro de Pesquisas Sociosemióticas/PUC-SP/USP/CNRS, 302 p.
- OLIVEIRA, L.A.; NAPOLEÃO, P. 2008. A (des)construção da imagem do presidente Lula nas capas da revista *Veja* a partir de uma abordagem semiótica. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 31(1):79-103.
- PAGLIARINI, L. 2010. *A trama do texto e da imagem: um jogo de espelhos*. São Paulo, Annablume, 151 p.
- PEIRCE, C.S. 2010 [1931-1966]. *The collected papers of Charles S. Peirce*. Intelext, Past Masters, Vol. 5. [recurso eletrônico].
- PEREIRA, M. 2008. Ecologia da comunicação: uma compreensão semiótica. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_352.pdf. Acesso em 03/01/2013.
- PEREZ, C. 2007. Semiótica Peirceana da Marca. In: P. de LENCASTRE (org.), *O Livro da Marca*. Lisboa, Dom Quixote, p. 1-12.
- PEREZ, C. 2011. *Mascotes, semiótica da vida imaginária*. 1ª ed., São Paulo, Cengage, 144 p.
- PICADO, J.B. 2001. Por que a Semiótica Interessa às Teorias da Comunicação? Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1273.pdf. Acesso em: 03/01/2012.
- PIETROFORTE, A.V. 2004. *Semiótica visual – os percursos do olhar*. São Paulo, Contexto, 164 p.
- PIETROFORTE, A.V. 2008. *Análise do Texto Visual: a construção da imagem*. São Paulo, Contexto, 104 p.
- PIMENTA, F.J. 2005. Duas Abordagens Semióticas do Ativismo via Hipermissão. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_835.pdf. Acesso em: 03/01/2013.
- PIMENTA, F.J. 2007. Semiótica, como teoria da representação, e o campo da Comunicação. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_227.pdf. Acesso em: 03/01/2013.
- QUEIRÓZ, J. 2004. *Semiose segundo C.S. Peirce*. São Paulo, EDUC/FAPESP, 207 p.
- RUTHROF, H. 2007. Principles of Corporeal Pragmatics. *The Public Journal of Semiotics*, 1(2):12-30.
- SAINT-MARTIN, F. 1990. *Semiotics of visual language*. Bloomington, Indiana University Press, 255 p.
- SANTAELLA, L. 1992. *A assinatura das coisas: Peirce e a literatura*. Rio de Janeiro, Imago, 211 p.
- SANTAELLA, L. 1998. *A percepção: uma teoria semiótica*. São Paulo, Experimento, 120 p.
- SANTAELLA, L. 2002. *Semiótica Aplicada*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 190 p.

- SANTAELLA, L. 2004. *A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 199 p.
- SANTAELLA, L. 2005 [2001]. *Matrizes da linguagem e do pensamento*. São Paulo, Iluminuras, 431 p.
- SANTAELLA, L. 2007. Sinequismo e Onipresença da Semiose. *Cognito: revista de filosofia*, 8(1):141-149.
- SANTAELLA, L. 2009 [2007]. Presidential Address: Pervasive Semiosis. Transactions of the Charles S. Peirce Society. *A Quarterly Journal in American Philosophy*, 45(3):261-272.
- SANTAELLA, L. 2010. *A ecologia pluralista da comunicação*. 1ª ed., São Paulo, Paulus, 394 p.
- SANTAELLA, L.; NÖTH, W. 2004. *Comunicação e semiótica*. São Paulo, Hacker Editores, 248 p.
- SANTAELLA, L.; NÖTH, W. 2005 [1997]. *Imagem. Cognição, semiótica, mídia*. São Paulo, Iluminuras, 222 p.
- SANTAELLA, L.; NÖTH, W. 2010. *Estratégias semióticas da publicidade*. São Paulo, Cengage Learning, 292 p.
- SANTOS, M. 2008. *Hipertrofia da Visão: Inflação do Imaginário*. São Paulo, SP. Dissertação de mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 173 p.
- SANTOS, M. 2009. Tato e Visão: diferenças e interconexões cognitivas. In: Jornada de Estudos Peirceanos, 12, São Paulo, 2009. *Anais...* Caderno da 12 Jornada de Estudos Peirceanos, São Paulo, XI:131-143.
- SANTOS, M. 2012a. *A linguagem gráfica de quem não vê: imagens, diagramas e metáforas*. São Paulo, SP. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 154 p.
- SANTOS, M. 2012b. Touch, vision, and diagrammatical reasoning. *Semiotica*, 190(1-4):253-264.
- SAUSSURE, F. 2004 [1916]. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo, Cultrix, 279 p.
- SEBEOK, T.A. 1976. Iconicity. *Modern Language Notes*, 91(5-6):1427-1456.
- SEBEOK, T.A. 1991. *A sign is just a sign*. Bloomington/Indianapolis, Indiana University Press, 178 p.
- SFEZ, L. 2000 [1992]. *Crítica da comunicação*. São Paulo, Loyola, 389 p.
- SILVA, A.M. de B. 2012. *Heldy Meu Nome. Rompendo as barreiras da surdocegueira*. São Paulo, United Press, 224 p.
- SONESSON, G. 1989. *Pictorial Concepts*. Lund, University Press, 367 p.
- SONESSON, G. 1993. Pictorial Semiotics, Gestalt theory, and the ecology of perception. *Semiotica*, 99(3-4):319-399.
- TRINDADE, E. 2009. Semiótica e Publicidade de Alimentos: uma revisão teórica e aplicada. *Pensamento & Realidade*, 24(2):29-46.
- TRINDADE, E. 2008. Diretrizes para uma teoria da enunciação da recepção publicitária. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação - Intercom*, 31(2):35-54.

Submetido: 16/02/2013

Aceito: 13/08/2013